



Questionamentos teórico- metodológicos sobre a escrita de uma história da literatura LGBTQ+ na contemporaneidade

Jessé Carvalho Lebkuchen¹

Maria Eunice Moreira²

RESUMO

Este trabalho reflete sobre questões de cunho teórico e metodológico para a escrita de uma história da literatura brasileira contemporânea LGBTQ+, em um recorte de narrativas produzidas no Rio Grande do Sul no século XXI. Para isso, utiliza-se de perspectivas teóricas relacionadas aos estudos de gênero e sexualidade, principalmente os estudos queer, além das pesquisas voltadas à contemporaneidade e à história da literatura. Apesar de os questionamentos serem muitos, o texto discorre principalmente a partir destas duas provocações: É possível pensar em uma literatura gaúcha ou sul-rio-grandense LGBTQ+? O que será considerado para traçar uma seleção de obras para compor um tipo diferente de cânone: o gênero e/ou a sexualidade dos autores ou das autoras, a construção das personagens ou, considerando existentes, a discussão de temáticas?

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea, literatura sul-rio-grandense, gênero, sexualidade, LGBTQ+.

Abstract: This paper reflects on theoretical and methodological issues on the writing of a history of contemporary Brazilian LGBTQ+ literature, in a selection of narratives produced in Rio Grande do Sul in the twenty-first century. For this, theoretical perspectives related to gender and sexuality studies are used, especially the queer studies, as well as research

¹ Doutorando em Letras, na área de Teoria da Literatura, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pelotas, na linha de pesquisa Literatura, Cultura e Tradução. Especialista em Linguagens Verbais e Visuais e suas Tecnologias no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Graduado em Letras - Português e Espanhol pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: jesse.lebkuchen@edu.pucrs.br.

² Professora titular da Escola de Humanidades - Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutora em Linguística e Letras, na área de Teoria Literária, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em Linguística e Letras, na área de Teoria Literária, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Especialista em Língua e Literatura Espanhola pelo Instituto de Cooperación Iberoamericana e em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada em Letras e em Ciências Jurídicas e Sociais. É membro do Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa (CLEPUL) das Universidades de Lisboa. E-mail: maria.eunice@pucrs.br

focused on contemporaneity and literary history. Although there are many inquiries, the text is based mainly on these two questions: is it possible to think of an LGBTQ+ literature in Rio Grande do Sul? What will be considered in order to outline a selection of works to compose a different type of canon: the gender and/or sexuality of the authors, the construction of the characters or, considering existing ones, the discussion of themes?

Keywords: Contemporary brazilian literature, literature from Rio Grande do Sul, gender, sexuality, LGBTQ+.

Resumen: Este trabajo reflexiona sobre cuestiones teóricas y metodológicas para la escritura de una historia de la literatura brasileña contemporánea LGBTQ+, en un recorte de narrativas producidas en Rio Grande do Sul, en el siglo XXI. Para eso, se utiliza de perspectivas teóricas relacionadas a los estudios de género y sexualidad, principalmente los estudios queer, además de las investigaciones contemporáneas e históricas de la literatura. Aunque los cuestionamientos sean muchos, el texto discute principalmente dos preguntas: ¿Es posible pensar en una literatura LGBTQ+ del Rio Grande do Sul? ¿Lo que se considera para apuntar una selección de obras para definir un tipo diferente de canon: el género y/o la sexualidad de los autores y de las autoras, la construcción de los personajes o, si existentes, la discusión de temáticas?

Palabras clave: Literatura brasileña contemporânea, literatura del Rio Grande do Sul, género, sexualidad, LGBTQ+.

Introdução

O que faz questionar?

Na madrugada entre os dois primeiros dias de julho de 2021, em um programa conceituado da maior rede nacional de televisão, Eduardo Leite, o atual governador do Rio Grande do Sul, falou sobre sua sexualidade em um dos trechos da entrevista:

Eu nunca falei sobre um assunto que eu quero trazer pra ti no programa, que tem a ver com a minha vida privada e que não era um assunto até aqui porque se deveria debater mais o que a gente pode fazer na política, e não exatamente o que a gente é ou deixa de ser [...]. [N]esse Brasil com pouca integridade a gente precisa debater o que se é. Eu sou gay. E sou um governador gay, e não um gay governador, tanto quanto Obama nos Estados Unidos não foi um negro presidente, foi um presidente negro. E tenho orgulho disso (EDUARDO LEITE, 2021).

Independentemente dos motivos que fizeram o político abordar essa temática, se por razões eleitorais, por ser no encerramento de um mês considerado importante para as pautas LGBTQ+, em nível nacional e internacional, ou diversas outros, consideramos

relevante a discussão que esse discurso gerou. Ao mesmo tempo em que nos deparávamos com comentários em redes sociais que consideravam a declaração importante, alguns com ressalvas críticas pela não-participação política do governador em causas e ações voltadas às minorias sociais, uma onda reacionária, com comentários maldosos e preconceituosos, também aparecia com recorrência.

Este texto não trata de uma análise da fala de tal político, mas pensamos ser um ponto de ilustração importante para as problemáticas que serão levantadas neste espaço. O que nos causou interesse foi o embate de discursos que uma entrevista propiciou, das nossas ausências e fracassadas tentativas de diálogo com os pensamentos opostos – e mesmo com os, em partes, semelhantes – bem como os discursos de ódios que despertaram ainda mais, da barbárie, da ignorância ou mesmo de comentários “neutros” que buscam por igualdade, como se todos já fôssemos iguais, com os mesmos direitos e condições.

Podemos perceber uma onda reacionária que nunca deixou de existir, sensação provavelmente proporcionada pelas “bolhas” criadas virtualmente, em comentários nas páginas de notícias e em órgãos de comunicação governamentais oficiais, que criticam muito mais um “governador gay” ou um “gay governador” do que o faziam anteriormente, apenas por suas decisões e atos governamentais. Ainda é possível questionar se teríamos um político eleito nessa posição, neste mesmo Rio Grande do Sul de 2018, ou mesmo no de 2021, ano da entrevista, se antes ou durante a campanha essa informação tivesse sido revelada. Cabe mencionar que a temática da sexualidade do político foi utilizada como ferramenta de campanha dos seus concorrentes ao cargo e que ela diminuiu a sua popularidade, evidenciando que ainda é uma pauta que não é naturalizada na política, assim como outras questões como gênero, raça etc.

Nesse sentido, indagamos como a ausência de visibilidade de sujeitos LGBTQ+ no mundo que entendemos como real, que atravessa e é atravessado pela ficção, impossibilita que outras identidades possam desenvolver experiências pessoais e profissionais sem passar por apagamentos, mesmo que mínimo ou em um grau mais agravado, pelas diversas violências, discursos de ódio, que os e as invisibilizam, pensando tanto no que concerne à gênero como à sexualidade.

Introduzindo o objetivo deste ensaio, um rascunho para a escrita da tese de doutorado, sob o título provisório “Escritas gaúchas contemporâneas LGBT: projetos

identitários e pós-identitários em Natalia Borges Polessio, Tobias Carvalho e Atena Beauvoir”, retomamos algumas das questões que foram levantadas na dissertação de mestrado “Corpos (in)visíveis: a experiência da invisibilidade social do corpo abjeto em Enquanto os dentes, de Carlos Eduardo Pereira”, principalmente na seção em que busco elaborar um breve panorama contemporâneo sobre a homossexualidade masculina na literatura nacional.

Consideramos que trazer essas indagações, de poucos anos atrás, pensando agora em um contexto regional e que inclua outros sujeitos identitários, pode ser um ponto de partida, pois, até o momento, não há nenhum texto publicado sobre uma visão ampla da literatura LGBTQ+ produzida no Rio Grande do Sul, sem se tratar de análises de objetos literários ou autores e autoras, somente trabalhos em andamento, que dialogam com esta pesquisa. Por isso, iremos recuperá-las, com adaptações movidas pelo recorte espacial e pelos objetivos distintos. Antes disso, entretanto, traçamos um percurso teórico, baseado em alguns textos voltados aos estudos culturais, feministas, queer e da literatura brasileira contemporânea.

Perspectivas teóricas sobre identidades e literaturas queer

Segundo Jorge Larrosa, no capítulo “Narrativa, identidade y desidentificación”, publicado em *La experiencia de la lectura* (1996), a identidade é construída a partir de narrativas e por sistemas intertextuais, ou seja, constrói-se a própria identidade – de forma consciente e inconsciente – realizando-se produções escritas e orais baseadas em outras histórias que lhe foram e são contadas no decorrer da vida, que servem como exemplo. Ou seja, é uma formação determinada linguisticamente, em processos de construção, imaginação e composição guiados por dispositivos sociais. Para uma identidade existir é necessário que também haja outras, dando ao sujeito possibilidades de identificação e desidentificação.

Entretanto, essa construção não é uma simples opção de qual ou quais identidades o sujeito deseja apropriar a si. Para autores como Stuart Hall, Kathryn Woodward e Tomaz Tadeu da Silva, no livro *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (2014), a identidade é regida pela diferença. Nesse sentido, há uma identidade que é vista como mais importante que as outras, em diferentes espaços e momentos, e que converte essas

outras identidades como diferenças, criando assim um padrão ou um modelo a ser seguido. Uma das formas de evidenciar o modelo a ser seguido culturalmente é através do processo de representação:

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2014, p. 17-18).

Produz-se, por conseguinte, uma hierarquia social, pois as identidades firmam-se em sistemas binários, que destacam as diferenças e posicionam os sujeitos em suas respectivas posições, seja de privilégio ou de marginalização. Por meio das dicotomias, mantêm-se as relações de poder, pois as identidades “não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (SILVA, 2014, p. 81). Logo, a identidade não é uma produção inocente ou sem propósitos definidos. Instituições sociais, tais como a família, educação, religião e trabalho, fazem que os sujeitos representem diferentes identidades ou aspectos identitários em contextos distintos, porque “somos posicionados – e, também posicionamos a nós mesmos – de acordo com os ‘campos sociais’ nos quais estamos atuando” (WOODWARD, 2014, p. 31).

Portanto, esses espaços sociais servem como reguladores identitários, permitindo ou anulando certas características que não são desejáveis naquele tempo-ambiente transformando-as em diferenças de forma negativa, ou seja, é necessário moldar-se como forma de pertencimento. Todavia, as próprias instituições de regimento social alteram-se em diferentes momentos históricos e culturais, pois, assim como as identidades, não são fixas. Com o decorrer do pós-modernismo, essa estabilidade identitária passa a ser questionada, pois elas são “cada vez mais fragmentadas e fraturadas [...], multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos” (HALL, 2014, p. 104). Entretanto, o sistema social sempre segue

desenvolvendo novos padrões a serem seguidos em cada contexto e, assim, define quem é incluído e quem é excluído:

As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. Toda identidade tem, à sua “margem”, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado (HALL, 2014, p. 110).

Esse silenciamento é utilizado de diferentes formas, seja invisibilizando os sujeitos ao colocá-los nas margens ou reprimindo-os de maneiras a deixarem de existir gradativamente. As identidades diferentes passam a ser vistas como “estranhas” ou “desviantes”, algo que não é desejável ou que deve ser combatido. No que concerne aos aspectos identitários relacionados ao gênero e à sexualidade, isso ocorre ao polarizar, respectivamente, os conceitos de *homem x mulher* (ou *masculino x feminino*) e *heterossexual x homossexual*. Nos dois campos, há relações de poder. Contudo, referente ao gênero, há duas formas, padronizadas, de demonstração identitária, que é justificada na visão essencialista por aspectos biológicos, o *sexo*, que atribui como o *gênero* deve atuar em cada contexto social; sendo assim, o “estranho” torna-se o sujeito que não se encaixa ou se desvia propositalmente ou não da sua “essência”, do “natural”.

Já a sexualidade possui só uma forma padrão, a *heterossexual*, que condiciona os sujeitos de forma compulsória (RICH, 2010). Os sujeitos são ensinados ou moldados a desempenhar suas funções sociais. O desejo é também regulado, com justificativas novamente essencialistas. Entretanto, os dois conceitos estão sempre interligados: os “desvios” de gênero são geralmente associados aos “desvios” de sexualidade; ou seja, se a atuação social do indivíduo se distancia dos seus “deveres” de gênero, ele é visto ou projetado como homossexual.

Para Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina* (2017), somos afetados pelo conjunto de construções sociais realizado através da oposição entre o masculino e o feminino, criando uma normalidade ou uma representação tratada como natural, que funcionam como “sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação [...]” (BOURDIEU, 2017, p. 17). Assim, “essa experiência apreende o mundo social e suas

arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação” (BOURDIEU, 2017, p. 17). Portanto, os corpos são em sua origem social sexuados e isso impõe limites que devem ser seguidos em todos os atos culturais, incluindo aqui a relação com o próprio corpo como indivíduo. Como em toda relação de oposição, o dominante é não-marcado, pois é visto como original, enquanto o não-dominante é marcado, por ser o estranho, o que foge dos limites preestabelecidos. Isso é percebido no gênero por essa dominação fazer com que pensemos socialmente que as características masculinas são naturalmente acima ou mais fortes que as femininas, como se o feminino dependesse do masculino para existir. É interessante salientar que as características dadas primeiramente ao masculino não são vistas como necessárias de justificativas, ou seja, são assim por natureza, porque “sempre foi assim”. Da mesma forma, o feminino é trazido naturalmente como oposição ao masculino, somente por isso já é visto como dependente e, por isso, dominado.

Como qualquer tipo de dominação, essa não é percebida com a mesma ótica por todos os indivíduos e é um processo contínuo de violências simbólicas. Ou seja, para manter essa estrutura em funcionamento, é preciso que ambas as partes se conscientizem de suas “posições” e que as mantenham, sem questionamento. O masculino incorpora sua posição privilegiada, de provedor, de matriz, e o feminino sua posição de submissão, de receptor, de mantenedor. Ao tratá-la como uma violência simbólica, Bourdieu (2017) não pretende diminuir ou apagar as variadas formas de violência física que estão presentes em nossas sociedades. Sendo assim, simbólico não é o oposto de real, mas como essa realidade é camuflada de uma maneira onde não percebemos como uma construção recorrente e que se mantém através de reprodução cultural, sendo contribuída por “agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado” (BOURDIEU, 2017, p. 46).

Adrienne Rich (2010), em seu ensaio “Heterossexualidade e existência”, salienta algumas das violências correntes nas formas como essas instituições atuam a fim de moldar o gênero e a sexualidade. Para a autora, o poder masculino se consistiu através de algumas características, tais quais a negação da existência da sexualidade nas mulheres, as relações forçadas (por meio de estupro, agressões, prostituição etc.) a fim de satisfazer a sexualidade masculina, a exploração do trabalho tanto no âmbito familiar quanto no

empresarial, a privação e o controle dos seus corpos, o silenciamento na produção de conhecimento e cultural, entre outras formas que evidenciam o poder, muitas delas raramente questionadas socialmente.

Entretanto, esses conceitos não possuem estruturas sólidas e, até mesmo por isso, precisam ser mantidos e baseados socialmente de forma essencialista, como se só fosse possível uma forma de existência. Judith Butler, em *Problemas de gênero* (2019), questiona os conceitos gênero e sexo, entendendo-os como artifícios flutuantes, ou seja, construções sociais e discursivas baseadas em visões essencialistas e deterministas. Butler entende, portanto, que desempenhamos atos performativos de gênero que se iniciam no nascimento dos sujeitos, corpos discursivamente construídos:

Haverá humanos que não tenham gênero desde sempre? A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos; o bebê se humaniza no momento em que a pergunta “menino ou menina” é respondida. As imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece”. Se o gênero está sempre presente, delimitando previamente o que se qualifica como humano, como podemos falar de um ser humano que se torna de seu gênero, como se o gênero fosse um pós-escrito ou uma consideração cultural posterior? (BUTLER, 2019, p. 193-194).

Assim, ao se dizer socialmente que os conceitos não são construções, que são anteriores à cultura e já existentes “desde sempre” na natureza, permite-se justificar uma série de estabelecimentos de regras sociais, como se elas fossem naturais, enquanto todo o restante seria uma construção, uma disputa contra a natureza. As identidades que demonstram as lacunas ou as falhas na estrutura de poder social precisam ser combatidas, a fim de mantê-la. Aqui podemos perceber tais sujeitos como abjetos, ou seja, não desejáveis, que necessitam ser deixados ou jogados para fora, excluindo-os:

O “abjeto” designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do “não eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito (BUTLER, 2019, p. 230).

Compreendemos que tais questões estão imbricadas pelos discursos produzidos, sendo um processo linguístico que não surge do nada e não se mantém ao acaso. A linguagem “pressupõe e altera seu poder de ação sobre o real por meio de atos elocutivos

que, repetidos, tornam-se práticas consolidadas e, finalmente, instituições” (BUTLER, 2019, p. 202). Sendo assim, falar é um ato de poder, pois ao mesmo tempo em que o discurso normativo se institui, outras vozes desprezadas soam, fragmentando-o, demonstrando brechas possíveis, mesmo que essas sejam ou busquem ser silenciadas.

A teoria queer tem como proposta apontar esses espaços socio-discursivos e desestruturá-los, com o interesse de visibilizar as multiplicidades e as diferenças, mesmo nos sujeitos que se enquadram à identidade padrão. Nesse sentido, não busca unir as identidades divergentes em novos padrões, assimilando-os, pois ela não busca definir, fixar ou estabilizar os sujeitos. Ela foi iniciada na década de 1960 e consolidada na metade final da década de 1980, com a epidemia de aids nos Estados Unidos, e surge de um diálogo interdisciplinar, de áreas como a dos estudos feministas gays e lésbicos, Estudos Culturais, psicanálise, entre outras (MISKOLCI, 2017). No Brasil, ela ingressa principalmente nos debates educativos, ao questionar como o ensino produz saberes que sustentam práticas sexistas, fabricando sujeitos que divulgam e mantêm discursos de poder e excludentes. Para Guacira Lopes Louro (2018, p. 137), “o silêncio, o segredo e a discrição eram os comportamentos adequados no trato com a sexualidade. Em voz alta, alardeadas ou proclamadas sem censura, [...] ganhavam o caráter de gozação, deboche, malícia ou grosseria”. Essas práticas silenciadoras que transformam a sexualidade em um tema de caráter privado e individual, acabam por propagar supostas verdades essenciais que colocam uma identidade normativa como superior às demais:

Obviamente esses mitos estão colocando a heterossexualidade no polo positivo das dicotomias [...], relegando a homossexualidade ao lado doente, anormal, impróprio, nocivo, e levando, conseqüentemente, aqueles e aquelas que se identificam como homossexuais a se refugiar no segredo e no silêncio. Ao conceber a identidade heterossexual como normal e *natural*, nega-se que toda e qualquer identidade (sexual, étnica, de classe ou de gênero) seja uma *construção social*, que *toda* identidade esteja sempre em processo, portanto nunca acabada, pronta, ou fixa. Pretende-se que as identidades sejam – em algum momento mágico – congeladas (LOURO, 2018, p. 143-144, grifos da autora).

Louro (2018) aborda, no ensaio “Viajantes pós-modernos”, os sujeitos queer como viajantes entre fronteiras simbólicas, assim como em uma viagem literal, as pessoas têm diferentes objetivos e tempos, bem como distintas repressões e restrições. Tais fronteiras são locais de relação, possibilitando encontros, cruzamentos e conflitos. Ao mesmo tempo que separam sujeitos e grupos identitários opostos, unem os múltiplos sujeitos

“diferentes” que não se encaixam num lugar ou em outro; formam-se assim novos grupos, geralmente transgressivos e subversivos, que enfrentam ao policiamento constantemente. Esses sujeitos demonstram existir outros caminhos além dos indicados pela norma:

Eventualmente, em vez de serem repetidas, as normas são deslocadas, desestabilizadas, derivadas, proliferadas. Aventureiros ou desviantes, seduzidos ou empurrados por quaisquer razões, há aqueles e aquelas que se desviam das regras e da direção planejada [...]. Desencaminham-se, desgarram-se, inventam alternativas. Ficam à deriva – no entanto, torna-se impossível ignorá-los. Paradoxalmente, ao se afastarem, fazem-se ainda mais presentes. Não há como esquecer-los. Suas escolhas, suas formas e seus destinos passam a marcar a fronteira e o limite, indicam o espaço que não deve ser atravessado. Mais do que isso, ao ousarem se construir como sujeitos de gênero e de sexualidade precisamente nesses espaços, na resistência e na subversão das “normas” regulatórias, eles e elas parecem expor, com maior clareza e evidência, como essas normas são feitas e mantidas. (LOURO, 2018, p. 17-18).

Ao fazer isso, tais grupos e indivíduos questionam os padrões identitários e provam existir outras possibilidades identitárias. Contudo, não se tem como objetivo procurar origens ou essências de gênero e sexualidade à margem, como alguns dos estudos gays e lésbicos realizados durante os anos 1970 que buscavam aceitação e integração social (LOURO, 2001, p. 544), já que isso serviria somente aos propósitos dos sistemas de poder normativos e excludentes (TREVISAN, 2018; VIDARTE, 2019). Ao contrário, o que interessa é mostrar as fragilidades existentes na norma, atitude de amplitude muito mais transgressiva e desafiadora. Nesse ponto, surgem debates acerca de teorias pós-identitárias:

Ao alertar para o fato de que uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, os teóricos e as teóricas *queer* sugerem uma teoria e uma política pós-identitárias. O alvo dessa política e dessa teoria não seriam propriamente as vidas ou os destinos de homens e mulheres homossexuais, mas sim a crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos (LOURO, 2001, p. 549).

Ao pensar em políticas pós-identitárias, entende-se que o queer não é existente só no “outro” que se distancia da norma de formas mais evidentes, mas as características de estranhamento fazem parte de todos os sujeitos, que as aceitam ou as ignoram, expulsam, transformam em abjeção. Ao pensar nessa perspectiva, “[a] diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a

existência do próprio sujeito: ela estaria *dentro*, integrando e constituindo o eu” (LOURO, 2001, p. 550).

Essas problemáticas não estão desapegadas dos produtos culturais, incluindo a literatura. Como aponta o estudo de Regina Dalcastagnè, em *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado* (2012), os mesmos padrões narrativos dos séculos passados, nos quais havia um projeto de identidade nacional, estão presentes na literatura brasileira das últimas décadas. As obras apresentam, no geral, somente uma perspectiva do país. Ao considerar a pesquisa quantitativa realizada por essa professora, no levantamento de 258 romances publicados nas principais editoras do mercado brasileiro entre 1990 e 2004³, percebe-se que a amostra literária é, de forma predominante, produzida por homens, heterossexuais, brancos e de origem social média-alta. Isso também acaba refletindo em seus narradores e personagens protagonistas.

Se essa literatura salienta presenças de certos sujeitos que são próximos em suas semelhanças, aponta, ao mesmo tempo, múltiplas ausências: de mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTQ+, entre tantos outros corpos abjetos. Como dito anteriormente, as identidades desviantes não são desejáveis pois apontam as lacunas e na literatura isso não é diferente. Portanto, as narrativas produzidas por outras vozes e em espaços alternativos desconfortam e são, regularmente, excluídas dos debates acadêmicos, porque contestam esse território visto como consolidado, como já possuído. Dalcastagnè (2012) aborda a necessidade, deste modo, de questionar os valores que transformam um texto em literário ou não, ou seja, os fundamentos científicos que servem como ferramenta de apagamento:

Afinal, a definição dominante de literatura circunscreve um espaço privilegiado de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros, o que significa que determinadas produções estão excluídas de antemão. São essas vozes, que se encontram nas margens do campo literário, cuja legitimidade para produzir literatura é permanentemente posta em questão. Essas vozes que tensionam, com a sua presença, nosso entendimento do que é (ou deve ser) o literário [...]. Ignorar essa abertura é reforçar o papel da literatura como mecanismo de distinção e hierarquização social, deixando de lado suas potencialidades como discurso desestabilizador e

³ O recorte da pesquisa centrou-se em três editoras: Companhia das Letras, Record e Rocco. A metodologia seguiu alguns requisitos na seleção dos romances, tais como serem escritos originalmente em português, por autor brasileiro nato ou naturalizado, terem sua primeira edição publicada durante o período escolhido e não estarem rotulados como romance policial, ficção científica, literatura de autoajuda ou infanto-juvenil.

contraditório (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 12).

Entretanto, como discorrem Beatriz Resende, em *Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI* (2008) e Leyla Perrone-Moisés, em *Mutações da literatura no século XXI* (2016), a literatura brasileira contemporânea passa por um período de transformações no mercado editorial e, por conseguinte, na academia.

Assim a multiplicidade de nossa literatura aparece como fator muito positivo, original, reativo diante das forças homogeneizadoras da globalização. De algum modo, esse pluralismo – que se constitui por acúmulo de manifestações diversas e não pela fragmentação de uma unidade prévia – garantiria várias vozes diferenciadas em vez de sonoridades em eco ou mero acúmulo reunido sem critério (RESENDE, 2008, p. 20).

Os territórios questionados por Dalcastagnè (2012) estão sendo ocupados e redescobertos de diferentes maneiras e por outras vozes, de forma mais acentuada nos locais onde já eram presentes, como em editoras independentes, e em crescimento nas grandes editoras, podendo ser levantada a possibilidade de um *boom* editorial nos últimos anos no que diz respeito à produção LGBTQ+. Contudo, essas alterações mercadológicas também carregam novos desafios, pois mesmo com a entrada de novas escritas, nem todas conseguem fácil acesso e, muito menos, permanência, seguindo o mesmo problema ainda existente nacionalmente, de classe social. Se atualmente há essas preocupações no sistema literário brasileiro e a ausência identitária é percebida como estrutural, ou seja, aparenta abrir brechas para escritas à margem, é necessário pensar se num contexto regional tal característica é concebida de forma similar ou se possui outras peculiaridades.

Questionamentos teóricos-metodológicos para a escrita de uma história da literatura gaúcha contemporânea LGBTQ+

É possível pensar em uma literatura gaúcha ou sul-rio-grandense LGBTQ+? O que será considerado para traçar uma seleção de obras para compor um tipo diferente de cânone: o gênero e/ou a sexualidade dos autores ou das autoras, a construção das personagens ou, considerando existentes, a discussão de temáticas? Como as discussões de gênero e sexualidade que fogem ao padrão cis e/ou heteronormativo são tratadas na literatura gaúcha durante os anos recentes? Quais são as características percebidas em

cada momento histórico? Há uma espécie de episteme que define tal escrita como distinta da heterossexual ou cisgênero? São existentes, em um conjunto literário, preocupações, anseios e formas de combate ou posicionamentos acerca de instituições reguladoras ou de perspectivas histórico-políticas-sociais? Estes textos são pensados e recebidos como literários ou com um olhar de estranhamento, no que concerne à recepção principalmente da crítica, mas também de um sistema literário como um todo? As vivências e/ou os problemas apontados nessas literaturas são as mesmas abordadas pela sociedade em geral ou possuem outras preocupações e urgências? Certamente, nem todas as perguntas serão discutidas neste momento, visto estarmos em fase inicial da pesquisa, e, provavelmente, não serão solucionadas ou encerradas nem mesmo no final da pesquisa. Focaremos aqui nas duas primeiras.

Ao retomar tais perguntas e já alterando parcialmente várias delas na reescrita, percebemos inicialmente que algumas não podem nem mesmo serem respondidas, demandando outros estudos, outros recortes, como entrevistas com escritores e leitores, e mesmo não-leitores. Porém, tentaremos debater algumas delas brevemente e incluir outras questões que devem ser discutidas para uma futura proposta de história da literatura LGBTQ+ gaúcha contemporânea. Utilizando de um parêntesis textual, até mesmo a ordem das palavras, utilizada aqui diferentemente das anteriores, muda o sentido e a orientação do trabalho, pois o que é mais relevante para essas literaturas, ser LGBTQ+, gaúcha (ou sul-rio-grandense?) ou contemporânea? Essas dificuldades já aparecem como quase impossibilidades, pois nem mesmo conseguimos definir cada um desses adjetivos, não da perspectiva teórica queer, que busca por uma indefinição ou por desestruturação das definições preestabelecidas.

Antes de tudo, há a dificuldade em conceitualizar história da literatura, pois entendemos que existem diversas perspectivas e abordagens teóricas e metodológicas. Não nos ocuparemos aqui em tratar sobre várias delas, por não ser o objetivo deste trabalho. Contudo, em texto de Lajolo (1993), podemos ter uma noção do que estamos falando quando pensamos nesse viés teórico. Para essa professora e pesquisadora, quando falamos sobre literatura e teoria literária, é difícil e até improvável não a relacionar com história e, por conseguinte, formando e sendo formada juntamente à história da literatura:

A história da literatura precisa atribuir sentido ao recorte que opera no mundo e, ao mesmo tempo, naturalizar tal recorte e tal sentido. Este *sentido atribuído*, que se organiza em função de referências intra ou

extra-literárias pode, a partir de certo ponto, desprender-se da categoria que originalmente o legitimava e fundar a categoria *história da literatura*, a partir de então ela própria fiadora de sentidos. É nesta trajetória de apagamentos e reescrituras que se engendra o parentesco enviesado entre *teoria literária* e *história da literatura*, eventual desdobramento das relações entre a literatura e a história. Ao recortar, dentre tantas práticas discursivas, algumas às quais dá o estatuto de serem "literatura", em oposição a outras que não o são, história da literatura e teoria da literatura configuram-se órbitas do mesmo sistema institucional: contribuem ambas para a seleção de alguns textos que, recortados do conjunto de seus semelhantes, constituem o canon literário de um gênero, de um período, de uma comunidade. É, assim, duplo, o perfil da história da literatura: parte de fina malha institucional, é também instância discursiva. É no rastro desta dualidade que ela, a história da literatura, torna-se fundadora de sentidos e inscreve-se em contextos maiores, fazendo parte do conjunto de instituições às quais cabe constante redefinição dos protocolos vigentes entre vida cultural (particularmente vida literária) e sentido de nacionalidade, projeto de que já faziam parte os organizadores das primeiras histórias das literaturas ocidentais (LAJOLO, 1993, p. 106-107, grifo da autora).

Essa citação já nos dá muito a pensar. Entendemos, portanto, história da literatura como uma produção inquestionavelmente humana, longe de uma noção de ciência como objetiva, impessoal e neutra. Isso envolve admitir que, mesmo buscando por um método que seja o mais plural possível e que tente disfarçar qualquer ausência, isso jamais será possível e até desejável, entendendo a incapacidade como uma certeza, não como uma desculpa para marcar ainda mais algumas presenças e seguir investindo nos apagamentos das mesmas literaturas e, direta ou indiretamente, dos mesmos sujeitos. Nossas escolhas, como leitores, estudantes, professores, pesquisadores, como humanos consumidores e (re)produtores de literatura, alteram a sua história, demarcam ou questionam territórios. Logo, realizá-las é uma grande responsabilidade, principalmente no que concerne à formação de novos sujeitos-leitores.

Como nos afirma Schmidt (1996, p. 103), "cada definição [de literatura] produz tipos de histórias literárias bastante diferentes". Todavia, é importante demarcar que não há uma mais ou menos correta do que outra, bem como não é possível afirmar que uma via chegará ao resultado que desejamos, com toda a certeza, pois criar uma história da literatura necessita recortes, por questões de tempo, financeiras e até mesmo de acesso, entre outras. As histórias da literatura que conhecemos como "a história da literatura", no singular, única, incontestável e que traz todos os nomes que devem ser lidos e enaltecidos, é problemática e molda a nossa visão acerca de literatura. É importante destacar que "um

dado, esteja ele situado no passado ou no presente, é nada mais que um dado ‘à luz de’ molduras teóricas de um observador específico”, ou seja, pode e deve ser questionado (SCHMIDT, 1996, p. 104). Sobre isto, ainda citando Schmidt (1996), é importante salientar:

O valor científico de uma história literária não pode ser encontrado na objetividade dos resultados que cria (isto é, o passado). Deve ser buscado nos procedimentos de adquirir experiência e de fazer essa experiência ser acessível a outros, isto é, nos métodos utilizados na pesquisa histórica; na forma explícita das teorias usadas; na intersubjetividade da linguagem que os historiadores falam; no “modo empírico” de investigar itens que possam servir de dados intersubjetivamente aceitos em uma/na teoria e coisas do gênero (SCHMIDT, 1996, p. 108).

Ter essa ideia, entendendo que a construção de uma história é sempre pensada em um presente e que não é algo com possibilidade de encerramento ou finalização, além de ser algo que nos faz perceber o trabalho como um percurso, uma experiência vivida, é libertadora. Manter esse pensamento em mente nos possibilita escrever com a compreensão que estamos buscando resolver uma ausência, uma lacuna, o que nos chama a atenção de ainda não ter sido escrito, mas que não iremos abraçar todas as literaturas e todas os espaços vazios, ainda mais em casos como o deste trabalho, pensando ainda em minorias, não de quantidade, que são inúmeras, mas de visibilidade. Por isso a relevância de considerar que estamos incluídos em um grande sistema literário e cada pequeno passo faz a diferença, possibilita novos olhares, inclusões e, também, novas ausências, que poderão receber o enfoque em outros projetos de história da literatura. Portanto, nos importa ter uma noção do que estamos tratando quando pensamos em literatura e em sistemas literários:

“Literatura” é definida como um sistema social de ações que focalizam fenômenos que, por sujeitos atuantes, são considerados literários de acordo com suas normas e expectativas (as chamadas ações literárias). Os sujeitos estão agindo em papéis que, nos sistemas literários modernos, têm sido institucionalizados. Os papéis fundamentais, nos sistemas literários modernos, são os de produção, distribuição, recepção e pós-processamento de textos literários. As concatenações de ações literárias são denominadas processos literários. O conjunto dos processos literários em uma sociedade forma o sistema literário. Como uma consequência dessa definição, textos literários não são tratados como objetos autônomos ou atemporais; estão articulados com atores e suas condições socioculturais de ação. Consequentemente, os textos não são vistos como *possuindo* seu significado e *sendo* literários; em vez disso, são os sujeitos que constroem significados a partir de textos [...] (SCHMIDT, 1996, p. 113, grifo do autor).

Observar o funcionamento de sistemas literários comprova que toda a história – e mesmo a crítica e análise literária – é temporal, bem como o que entendemos como literatura. Nada é atemporal, nem mesmo o que consta como parte de um cânone. Por certo que, quanto mais inserido em um sistema, maiores são as chances de uma obra ser mantida, estabelecida, porém, essa não é uma certeza. Algumas questões que contribuem para essa fixação são, tomando o Brasil como base, os currículos de ensino de literatura serem voltados a uma história da literatura singular, direcionada a períodos literários por vezes inquestionáveis e intimidadores, onde o texto é somente suporte para buscar por conteúdos que serão apenas perguntados em vestibulares e exames nacionais, que não formam leitores. Trabalhar com contemporaneidade no ambiente escolar, por exemplo, é visto como uma perda de tempo, como algo tão distante da realidade, às vezes mais do que textos que estão há séculos (e metros ou quilômetros, mesmo quando estão nas bibliotecas ou na tela de um celular) de distância dos estudantes, de nível básico, mas também os dos cursos de Letras. Portanto, de que forma tratar de literatura brasileira contemporânea, em um nível mais fechado ainda, gaúcha e LGBTQ+, sem entrar em outros aspectos ideológicos, pode ser visto como relevante?

Entendendo que a literatura sul-rio-grandense carrega uma formação discursiva originária do mito do gaúcho, que é retratado como uma figura repleta de “façanhas” e conquistas, mesmo que essas não tenham ocorrido de fato, portanto, “narrado como uma promessa gloriosa, herói que atravessou altivamente guerras e adversidades, tipo humano rude, que assim se constituiu somente por uma necessidade imposta pelo meio” (FREITAS; SILVEIRA, 2004, p. 268), pode-se questionar como ocorre esse processo de superiorização de algumas identidades a outras em um sistema cultural e literário específico e se isso é realizado também estruturalmente ou se faz parte de um projeto identitário. O sistema literário sul-rio-grandense constituiu-se, em especial, desde a segunda metade do século XIX, a partir de uma construção identitária pampeana (referente à região dos Pampas, área essencialmente rural que compõe boa parte do estado do Rio Grande do Sul, bem como Uruguai e Argentina), que se materializa a partir da figura do gaúcho, homem do campo, espaço que, nesta mitologia, foi forjado e conquistado através da violência:

Para integrar-se no cenário do herói romântico brasileiro, tendo ainda elementos vinculados especificamente ao espaço sulino, foi eleito um tipo humano, o gaúcho, com um espaço definido, o do campo, e com

atividades próprias, relacionadas aos atos guerreiros ou à economia campeira de criação de gado. Além disso, foram definidos seus peculiares atributos, desde os relativos à sua constituição física, ligados a uma excepcional força corporal, por exemplo, como relativos à sua constituição moral, como um acentuado senso de liberdade, valentia e retidão de caráter, relacionados e derivados tanto do espaço mitificado do campo quanto das também mitificadas atividades bélicocampeiras (PIVA, 2016, p. 80).

O gaúcho, portanto, é um ser atrelado a um senso imutável de tradições, dentre as quais podemos encontrar a superioridade frente à mulher e compõe-se como o oposto das identidades ex-cêntricas que outros autores gaúchos, como Caio Fernando Abreu, Cintia Moscovich e João Gilberto Noll, inserem neste campo literário ao final do século XX. Ao abordarem a homoafetividade masculina e feminina, em contextos distintos, trazem à tona a ausência existente na produção cultural brasileira e regional, realizada de outra maneira, já que, em uma visão heteronormativa, é marcada propositalmente, mostrando que não é o território destinado a essas identidades.

Sobre a literatura produzida no século XXI, temos, pelo menos na última década, o que pode ser visto como um *boom* editorial, com a ampliação desses debates em redes sociais, nas mídias televisivas, no cinema e na sociedade como um geral. O Rio Grande do Sul é um estado que possui diversos autores e autoras que são considerados relevantes nos últimos anos e que seguem publicando novos romances, contos, poesias etc. No levantamento para a pesquisa em desenvolvimento, alguns nomes como Angélica Freitas, Atena Beauvoir, Carol Bensimon, Daniel Galera, Davi Koteck, Guilherme Smee, Luisa Geissler, Mariam Pessah, Mariana Diffini, Marília Floôr Kosby, Michel Laub, Natalia Borges Polesso, Pedro Guerra, Rafael Bán Jacobsen, Samir Machado de Machado, Tobias Carvalho, Vitor Necchi, entre outros, com maior ou menor reconhecimento e inserção no mercado editorial, possuem um ou mais trabalhos que incluem autoria, personagens ou temáticas queer.

Aqui entramos na segunda questão. Essa preocupação é bastante atual, por termos mais acesso à figura do autor, que antes era até vista como algo negativo, a não ser considerado, pela rigidez científica, de análise literária. Entretanto, com a urgência ou os sintomas percebidos em diversas gerações, tanto de leitores quanto de pesquisadores, que estão relacionando-se ativamente com tecnologias e redes sociais, não basta apenas ter uma foto (que por vezes era alterada, mesmo deformada) e uma curta biografia, mas até

mesmo os posicionamentos de quem escreve a obra pode modificar a sua recepção. Por exemplo, alguns dos autores citados no parágrafo anterior são abertamente LGBTQ+ em suas postagens, em suas contas pessoais ou mesmo em suas literaturas. Já outros mencionados não o são, pois afirmam sua cis e/ou heteronormatividade publicamente, ou nem mesmo preocupam-se em abordar essas discussões abertamente. Como consideramos algo que, diferentemente de outras abordagens sociais, nem sempre é um aspecto visível, externo, mas que também pode ser demonstrado de outras maneiras, pois é parte de sujeitos e de experiências individuais e coletivas?

Se resolvermos ignorar a autoria e focar em personagens e temáticas, como solucionamos essas outras questões? As personagens necessitam, no caso da sexualidade, ter uma relação homoafetiva para serem consideradas lésbicas, gays, bissexuais, entre outras tantas possibilidades? Ademais, o que seriam temáticas LGBTQ+? É tratar somente de gênero e sexualidade, como se esses sujeitos não tivessem outros assuntos a serem abordados, assim como os que estão mais próximos à norma? No caso de personagens trans, é necessário que sejam discutidas questões de gênero em todas as obras ou podem ser incorporadas outros temas, como bem faz o livro *Contos antropológicos* (2018), de Atena Beauvoir, que traz complexidade às personagens em contos curtos, mostrando que existem outras possibilidades de vivências, que vão além de seus processos de transição, também abordados em outras narrativas? Somente essa pergunta já daria uma tese, mas com entraves difíceis de serem minimamente resolvidos.

Sem dúvida, adentrar nessas literaturas é um trabalho árduo, mas importante. Independentemente de concordar ou discordar dos posicionamentos e das formas que os sujeitos LGBTQ+ abordam situações e experiências vividas ou buscam explorar outras possibilidades narrativas na literatura, é preciso visar a pluralidade ou multiplicidade existentes em seus registros. Além disso, mesmo os sujeitos que não se consideram integrantes a este grupo, mas que buscam abordar ficcionalmente essas vivências de suas próprias posições sociais, talvez um pouco mais confortáveis, próximas ao padrão e mais distanciadas das margens, em vez de somente repetir a fórmula homem cisgênero branco de classe média-alta encontrada na pesquisa de Dalcastagnè (2012). Todos esses aspectos são relevantes e contribuem para que essas discussões não se esgotem, mas permaneçam, se ampliem, até que não precisemos mais esconder ou assumir, mas que possamos ocupar todos os espaços. Por ora, seguimos, reivindicamos e, como propõe Dalcastagnè,

contestamos todos os territórios.

Referências

ALMEIDA, Ana Luiza Nunes. **A representação da homoafetividade em Duas iguais, de Cíntia Moscovich e Morangos mofados, de Caio Fernando Abreu**. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

BEAUVOIR, Atena. **Contos transantropológicos**. Porto Alegre: Taverna, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, Tobias. **As coisas**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Horizonte, 2012.

EDUARDO LEITE. **Conversa com Bial**. Rio de Janeiro, Globo, 1 de julho de 2021. Programa de TV.

FREITAS, Letícia Fonseca Richthofen de; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A figura do gaúcho e a identidade cultural latino-americana. **Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 263-281, mai./ago. 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

LAJOLO, Marisa. Literatura e história da literatura, senhoras muito intrigantes. In: **Remate de Males**, Campinas, v. 13, p. 105-112, 1993.

LARROSA, Jorge Bondía. Narrativa, identidad y desidentificación. In: _____. **La experiencia de la lectura**. 2. ed. Barcelona: Laertes, 1996. p. 461-482.

LEBKUCHEN, Jessé Carvalho. **Corpos (in)visíveis: a experiência da invisibilidade social do corpo abjeto em Enquanto os dentes, de Carlos Eduardo Pereira**. 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação.

Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PIVA, Mairim Linck. Imaginários em (des)construção: para além do tempo e do espaço. **Caderno Pedagógico**, Lajeado, v. 13, n. 2, p. 77-91, 2016.

POLESSO, Natalia Borges. **Amora**. Porto Alegre: Não Editora, 2015.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11, jan. 2011.

RESENDE, Beatriz. **Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, n. 5, p. 17-44, 2010.

SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de história da literatura: observações de um ponto de vista construtivista. In: OLINTO, Heidrun Krieger. **Histórias da literatura: as novas teorias alemãs**. São Paulo: Ática, 1996. p. 101-131.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 19-54, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4 ed. rev. atual. amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VIDARTE, Paco. **Ética bixa: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ**. Tradução de Pablo Cardellino Soto e Maria Selenir Nunes dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2019.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In:

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

ZILBERMAN, Regina. Cânone literário e história da literatura. **Organon**, Porto Alegre, v. 15, n. 30, p. 33-40, 2012.